

OS USOS DOS RESULTADOS DO SIMAVE PELOS PROFESSORES:

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

Karolayne Rezende de Carvalho ¹

RESUMO

A pesquisa discute o tratamento dos resultados oriundos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), que avalia, por meio de testes padronizados, os estudantes do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental em seu Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e também do 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e o 1º e 3º ano do Ensino Médio, por meio do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Metodologicamente foi realizada uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e de teor exploratório, configurando-se como um estudo bibliográfico e documental que foi desenvolvido em quatro momentos, sendo que nos dois primeiros foram realizados levantamentos bibliográficos sobre o tema em artigos, teses, dissertações e anais de eventos disponíveis on-line em banco de dados. No terceiro momento foram coletados documentos no Portal do SIMAVE e no site da Secretaria de Educação de Minas Gerais, acerca do tema pesquisado e o último momento diz respeito à apresentação dos resultados da pesquisa. Cabe ressaltar que os estudos apontam para a quase inexistência dos usos dos resultados das avaliações externas pelas diferentes instâncias das redes de ensino, o que se aplica ao caso do SIMAVE. Espera-se com essa pesquisa a ampliação do campo dessa temática e verificar se essa avaliação externa fomenta mudanças positivas no cenário educacional ou se ela tem tido seus resultados utilizados para gerar apenas premiações por mérito, conforme a produção de conhecimento sobre o tema pesquisado tem demonstrado.

Palavras-Chave: Avaliação externa. Avaliação de sistemas. Docentes. Uso das avaliações.

1. INTRODUÇÃO

As avaliações externas em larga escala abrangem todo um sistema de ensino e na maioria das vezes são voltadas majoritariamente “para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema”, nesse caso “a avaliação de larga escala sempre é uma avaliação externa às instituições escolares avaliadas” (WERLE, 2010, p. 22). Além disso, segundo Freitas *et al.* (2012), as avaliações externas possuem como finalidade primordial reorientar as políticas públicas.

Esse tipo de avaliação se tornou constante no cenário educacional brasileiro a partir da década de 1990, quando foram criadas as primeiras políticas de avaliação para a educação

¹ Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos em Linguagens, Leitura e Escrita - NELLE/UFLA e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educacionais - NEPE/UFLA. E-mail: karolaynerezende@yahoo.com.br.

básica, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1990, e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 1998. Essas avaliações externas conduzidas pelo poder público (municipal, estadual e federal) têm produzido diferentes situações nas mais variadas instâncias das redes de ensino (escolas, secretarias de educação, professores, gestores, etc.).

Nesse mesmo período, Brooke, Cunha e Faleiros (2011) apontam que os primeiros estados brasileiros a criarem sistemas próprios de avaliação foram Ceará (CE) e Minas Gerais (MG), no ano de 1992. Segundo os autores, “o governo do Ceará cria o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica em Ceará (SPAECE) e, em Minas Gerais, foi criado o Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais” (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 25).

A respeito do desenvolvimento da avaliação no estado de Minas Gerais, Franco e Calderón (2017) ressaltam que as primeiras experiências de avaliação foram realizadas ainda em 1988 com o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA). O planejamento dessas atividades de avaliação ocorreu ao longo dos anos 1990, sendo aplicados os testes no ano de 1991, durante o governo de Hélio Garcia. Desse modo, esse “esforço deu origem, em janeiro de 1992, ao Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, instituído pela Secretaria de Educação” (FRANCO; CALDERÓN, 2017, p. 137).

O programa de avaliação do sistema estadual foi desenvolvido em três ciclos de aplicação, sendo o primeiro deles de 1992 a 1993, o segundo de 1994 a 1995 e o terceiro de 1996 a 1997. Os testes do programa envolviam as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Física, Química, Biologia e Redação. O principal objetivo do programa, segundo Franco e Calderón (2017, p. 138) era “diagnosticar e compor acervo de dados e informações, fornecendo base para implementação de um plano de melhoria do ensino destinado a intervir na baixa produtividade do sistema educacional e nos índices de retenção dos alunos”.

A partir do ano 2000 a Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) criou o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). Franco e Calderón (2017) afirmam que o SIMAVE tem a intenção de avaliar o desempenho dos estudantes da rede pública de ensino, com o intuito de acarretar mudanças em prol de uma educação de qualidade no estado.

Inicialmente foi instituído como instrumento de avaliação do SIMAVE o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), que no cenário atual avalia os alunos

do 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º e 3º ano do Ensino Médio. Em 2005 outros dois instrumentos foram incorporados, são eles: o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) que avalia os alunos do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental e o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE). Segundo Franco e Calderón (2017, p. 141), o “Proeb e o Proalfa atuam na avaliação externa do sistema de ensino, enquanto o Paae incide na avaliação interna da escola”.

Nesse viés, esta pesquisa qualitativa denominada “*Os usos dos resultados do SIMAVE pelos professores: Levantamento bibliográfico e documental*” teve como objetivo geral analisar a discussão sobre os usos dos resultados do SIMAVE pelos professores a partir da produção acadêmico-científica da área, considerando seu uso para fins da melhoria do processo ensino-aprendizagem. A partir desse objetivo, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a produção científica e documental pontua a utilização dos resultados do SIMAVE pelos professores para fins da melhoria dos processos de ensino-aprendizagem?

A justificativa de um estudo dessa natureza se fundamenta em pesquisas que apontam a quase inexistência dos usos dos resultados dessa avaliação de cunho externo pelas diferentes instâncias das redes de ensino, conforme constatam Sousa e Oliveira (2010). Além de ser um tema pouco estudado, por mais que venha ganhando ênfase nos últimos anos (BORGES; CARVALHO *et al.*, 2022). No que concerne ao uso dos resultados dessas avaliações pelos professores, Blasis, Falsarella e Alavarse (2013, p. 12) expõem que existe a possibilidade de as avaliações externas fornecerem “pistas importantes para que se reflita sobre o desenvolvimento do trabalho educativo no interior das escolas, especialmente quando esses resultados se referem a aspectos ou componentes que têm peso para o conjunto das atividades escolares [...]”, neste caso incidindo diretamente sobre o trabalho do professor (a) em sala de aula.

Além disso, o interesse por esse tema de pesquisa emergiu devido ao desenvolvimento de três pesquisas realizadas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFLA, realizadas no período de 2020 a 2022, sendo intituladas “*A produção de conhecimento acadêmico-científica sobre os usos das avaliações externas pelos professores: uma pesquisa bibliográfica*”, “*Usos da avaliação externa pelos professores: análise da produção de conhecimento sobre o SIMAVE*” e “*A Discussão sobre o Uso dos Resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) pelos Professores: Análise de Documentos Oficiais*”, que denotaram que o SIMAVE, assim como as demais avaliações externas, vêm tendo seus resultados utilizados apenas para gerar premiações

por mérito ou evitar punições, ao invés de cumprirem sua finalidade primordial que é promover mudanças no cenário educacional.

Diante disso, este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção é apresentada a Metodologia da Pesquisa, quando se descreve todo o percurso de realização do estudo. Já na terceira seção encontra-se a Fundamentação Teórica, com a contextualização da temática em foco. A quarta seção, denominada Resultados e Discussões, exhibe os resultados encontrados na presente pesquisa. Por fim, nas Considerações Finais é evidenciada uma síntese reflexiva do objeto estudado.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa de natureza básica, de teor exploratório e qualitativa, uma vez que “o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada” (GIL, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 24). Além disso,

A abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências (TRIVIÑOS, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 24).

A pesquisa em questão foi desenvolvida em 4 momentos, sendo os dois primeiros de natureza bibliográfica, o outro de viés documental e o último de análise e interpretação dos dados. O primeiro momento da pesquisa, de cunho bibliográfico, foi mais abrangente sobre o tema estudado, focalizando, dessa maneira, no uso dos resultados das avaliações externas pelos professores a partir dos trabalhos publicados entre 2000 a 2020, considerando-se como recorte temporal o ano de criação do SIMAVE e o início desta pesquisa, sendo que os primeiros trabalhos encontrados datam o ano de 2003.

As informações iniciais desta pesquisa foram coletados nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal Educ@ da Fundação Carlos Chagas (FCC), Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) a partir dos seguintes descritores: avaliação externa, professores e usos dos resultados. Em seguida foi realizada a sistematização e organização dos dados coletados no levantamento com a construção de indicadores das produções em planilhas *Microsoft Excel*, para facilitar a identificação dos

textos científicos e permitir a seleção dos argumentos que contribuem para uma maior ênfase na concepção de avaliação externa. As planilhas, por sua vez, possuíam: Ano de Publicação, Local de Publicação, Base de Dados, Descritores de Busca, Autor, Vinculação Institucional, Título do Trabalho, Palavras-Chave e Referências. Na etapa seguinte o material selecionado foi organizado em fichas de leitura que continham: dados da publicação, autoria, tipo de publicação e categorias de análise sobre a avaliação externa, concepção de avaliação pelos professores e usos dos resultados. Diante disso, procedeu-se com a categorização dos textos a partir da incidência dos assuntos abordados pelos autores distribuídos em cada categoria (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Para que o próximo passo se constituísse na apresentação dos resultados encontrados.

No segundo momento, prosseguiu-se com o levantamento bibliográfico, especificamente sobre o SIMAVE, sendo realizado o levantamento de artigos científicos da área da educação disponíveis no Portal Educ@, de teses e dissertações na BDTD e de anais de eventos da ANPED, através dos descritores: SIMAVE, professores e uso dos resultados. Essas bases foram consideradas por terem indicado no primeiro momento a abrangência de um maior número de trabalhos sobre a temática em foco. Assim como no momento anterior, foi realizada a sistematização dos dados coletados em planilhas *Microsoft Excel*, leitura do material selecionado e sua organização em fichas de leitura com a seleção das informações e dados constantes no material, buscando estabelecer relações entre essas informações, os dados e o problema proposto (GIL, 1999, p. 85). O material selecionado também foi organizado em fichas de leitura que continham: dados da publicação, autoria, tipo de publicação e categorias de análise sobre a avaliação externa, concepção de avaliação pelos professores e usos dos resultados. E a partir dos assuntos abordados pelos autores foi efetuada a categorização dos textos selecionados.

No terceiro momento, procedeu-se com a pesquisa documental de natureza básica e de teor exploratório, tendo em vista que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Nesse sentido, Lüdke e André (1986, p. 38) apontam que documentos “incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares”. Diante disso, a pesquisa documental em questão obedeceu 4 etapas, sendo realizada na primeira a coleta dos documentos no Portal do SIMAVE e no site da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Na segunda etapa ocorreu a organização dos dados coletados em planilhas da

Microsoft Excel considerando o ano de publicação, o tipo de documento, a autoria e os objetivos; a fim de facilitar a análise e a identificação das revistas e resoluções e, subsequentemente, permitir a seleção de informações acerca da concepção que se tem do SIMAVE e do uso de seus resultados pelos professores para uma melhora significativa nos processos de ensino-aprendizagem. Já na terceira etapa foi realizada a análise dos documentos por meio da leitura e categorização do material em quadros analíticos que buscam extrair a questão dos usos dos resultados da avaliação externa em questão, com o intuito de estabelecer relações entre esses dados e o problema proposto (GIL, 1999). Assim, o material selecionado foi organizado em fichas de leitura que continham: dados da publicação, autoria, tipo de publicação e categorias de análise sobre a avaliação externa em questão.

Por fim, o último momento diz respeito à apresentação dos resultados da pesquisa que consta neste trabalho, a fim de esclarecer acerca da natureza do problema pesquisado e dos resultados, indicação dos procedimentos adotados para coleta de dados e as conclusões da pesquisa (GIL, 1999). Desse modo, no presente artigo consta a exposição geral da pesquisa, do planejamento às conclusões, incluindo os procedimentos metodológicos empregados e o referencial teórico construído para embasar as discussões sobre o tema proposto.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação “representa a base teórica a partir da qual será feita a análise de dados da pesquisa e sua construção evidencia o domínio que o pesquisador tem sobre o tema” (AZEVEDO, 2016, p. 5). Diante dessa premissa, os tópicos abaixo evidenciaram as visões de alguns autores de referência acerca da temática aqui em foco.

3.1 Avaliação de Sistemas Educacionais no Brasil

A avaliação de sistemas visa subsidiar as políticas educacionais em nível nacional, estadual e municipal (SOUSA, 2000), trata-se de “um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas [...]” (FREITAS *et al.*, 2012, p. 47). Nesse sentido, nota-se que avaliar os sistemas de ensino conduz à perspectiva de apontar caminhos para a melhoria da qualidade da oferta da educação.

Partindo desse pressuposto,

A avaliação de sistema apresenta claramente dois focos de análise: o primeiro (*assessment*) refere-se aos resultados do sistema, as habilidades e competências adquiridas pelos alunos em determinadas séries escolares, e o segundo trata das condições oferecidas para alcançar esses resultados (SOUSA, 2000, p. 113).

A partir de 1995 a implementação de processos avaliativos ganha força no Brasil, em consonância com “a visão de melhoria da qualidade do ensino e do papel do Estado na educação, intrínseca à avaliação em larga escala, assume crescentemente maior importância no debate educacional” (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 795). Nesse contexto, agências internacionais passaram a influenciar o delineamento de propostas de Avaliação de Sistemas, explicitando o interesse em questões ligadas à eficácia dos investimentos de cunho externo na área educacional.

Assim,

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb –, de nível nacional, implementado a partir de 1990, passa, por exemplo, a ser parcialmente financiado pelo Banco Mundial e, conseqüentemente, sofre transformações de acordo com a mudança de seus agentes, influências de concepções, pesquisas e técnicas avaliativas internacionais (Bonamino, 2002). A consolidação do Saeb estimulou ainda as propostas de avaliação no âmbito de governos estaduais, iniciativas que passaram a ter centralidade nas políticas em curso (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 795).

Dessa maneira, emerge a necessidade de investigação das questões que norteiam as avaliações de sistemas educacionais, para que elas possam ir “além da superfície vislumbrada por suas propostas e seus instrumentos de avaliação”, com o intuito de que a funcionalidade dessas avaliações possa “colocar-se como marco de política educacional que efetivamente interfere nas escolas” (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 796).

Sousa e Oliveira (2010) mencionam que há um número reduzido de relatos sobre os impactos e resultados das avaliações. Tendo em vista que alguns estudos realizados no país por meio dos “próprios sistemas de aferição – Saeb, Paemg, Saresp – parecem encerrar-se em si mesmos, sem que haja um esforço maior de articulação com os demais estudos sobre a escola e o rendimento escolar, não se evidenciando uma reflexão acumulada” (BARRETTO; PINTO, 2001, p. 61 *apud* SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 796).

Além disso, é importante evidenciar que a discussão acerca da avaliação de sistemas traz uma ampla demanda de questões de teor técnico e implicações de ordem política que estão diretamente associadas às políticas educacionais na esfera nacional e internacional e têm conhecido forte desenvolvimento, conforme mencionam Sousa e Oliveira (2010).

3.2. Legislação sobre o tema da avaliação de sistemas educacionais

O crescente interesse pela avaliação de sistemas educacionais eclode em vários países ao redor do mundo, a partir de 1980, fator que propiciou a criação de mecanismos institucionais, centros e organismos de avaliação, além da elaboração de indicadores nacionais

de educação, conforme exposto por Freitas (2004). Nota-se que o aumento desse interesse teria como motivo “a pressão das mudanças contextuais sobre os sistemas de ensino: mudanças nos modos de administração e controle desses sistemas; demanda social de informação e prestação de contas; novo modelo de gestão educacional” (FERRER, 1996 *apud* FREITAS, 2004, p. 665).

A avaliação educacional no Brasil desconsiderou contribuições “da pesquisa, de que são exemplos as iniciativas de testagem introduzidas nos anos de 1980” (SOUSA, 1997 *apud* FREITAS, 2004, p. 666), à medida que os estudos indicavam para as consequências socioeducativas da avaliação. E o poder público, segundo Freitas (2004), recorria à testagem do rendimento do estudante e os resultados eram tomados como expressão máxima do desempenho dos sistemas de ensino e das instituições escolares.

Diante disso, a preocupação com a avaliação educacional se insere no texto constitucional de 1988, se impondo como tarefa pública, que de acordo com Freitas (2004, p. 667) “supõe a atuação do Estado e do governo segundo a concepção de federalismo e da natureza da relação Estado–sociedade nela inscrita”. Entretanto,

Antes disso, porém, a “avaliação nacional” da educação básica existiu, de 1987 a 1990, na forma de programa do Ministério da Educação –MEC – denominado Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – Saep. A partir de 1992, com alterações, esse programa deu origem ao Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb. Essa atuação do MEC prescindiu de regulamentação legal até a edição da Medida Provisória n. 661 de 18.10.1994 (BRASIL, 2001 *apud* FREITAS, 2004, p. 668).

Assim, emergiram embates em outubro de 1988, em torno de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e estenderam-se até dezembro de 1996. Devido a tal fato, o governo alterou a Lei n. 4.024/61, que fixa as Diretrizes e Bases da educação Nacional, “mediante a edição da mencionada Medida Provisória. Ela continha, entre outros, dispositivos que propiciam a regulamentação da atuação do MEC na avaliação da qualidade do ensino” (FREITAS, 2004, p. 668).

Todavia, é importante destacar que a reforma administrativa de 1998 começou a ser desenhada e implementada pelas ações do Executivo Federal desde 1995. Ela se reafirmou no texto constitucional por meio da Emenda Constitucional n. 19, de 4.6.1998 e por intermédio dela

O art. 39 da Constituição Federal fixou os princípios “de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” da administração pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, no inciso I do § 3º, reportou-se à exigência de assegurar a “avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços” prestados

pela administração pública, como dimensão das formas de participação dos usuários em tais serviços, a ser regulada em lei (FREITAS, 2004, p. 679).

No meio educativo, a reforma administrativa foi se materializando, por meio do monitoramento, do controle e da avaliação, o que evidencia o papel regulador do Estado. Nesse sentido, segundo Freitas (2004, p. 683) como indício dessa concentração de poder “encontrase um leque de recursos normativos que, como regulação formal, adentrou o currículo, interferiu na organização escolar, redefiniu a gestão educacional, fixou a qualidade a ser obtida e seus parâmetros”, o que indica a restrição da avaliação no âmbito da gestão democrática.

3.3 Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE

Sousa e Oliveira (2010) destacam que as experiências de avaliação de sistema no âmbito educacional no Brasil não se limitam apenas ao âmbito Federal, tendo em vista que em 1992 o estado de Minas Gerais criou o Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais. Assim como as demais iniciativas

O propósito da avaliação era dar base para a melhoria da qualidade do ensino e fazia parte de uma proposta mais ampla do governo do estado para a educação. As avaliações foram planejadas e realizadas em ciclos, a cada dois anos, eram avaliações censitárias, incorporando outras informações através de questionários. Em 1998, com a implantação da progressão continuada nas escolas, passou-se a fazer a avaliação todos os anos. Desenvolveu-se com este programa de avaliação uma proposta formativa de quadros na própria Secretaria, através de cursos específicos oferecidos aos técnicos, aqui e no exterior (ANTUNES *et al.*, 1992; SOUZA, 1999 *apud* SILVA, 2010, p. 21).

Sousa e Oliveira (2010) salientam que o Programa em questão sofreu alterações no decorrer de sua trajetória. No entanto, com as características hoje vigentes foi delineado a partir dos anos 2000. O SIMAVE é composto por três programas (PROALFA, PROEB e PAAE), que avaliam os estudantes por meio de um ciclo de testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática e os educandos ainda respondem a questionários socioeconômicos que abordam as condições econômicas das famílias e a opinião dos alunos sobre as condições do ensino e desempenho dos professores e comunidade escolar de maneira geral.

Nessa perspectiva, como mencionado nos tópicos anteriores, o PROALFA que passou a compor o SIMAVE em 2005 avalia anualmente e censitariamente estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, com a intenção de verificar os níveis de alfabetização alcançados pelos estudantes da rede pública. Já o PROEB compõe o SIMAVE desde a primeira edição, possuindo caráter censitário e avalia, anualmente, os educandos do 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º e 3º ano do Ensino Médio.

O Proeb tem seus resultados divulgados, mantendo-os disponíveis às escolas participantes. Cada escola recebe um boletim de avaliação, um boletim pedagógico e a Revista do Professor, além do boletim do qual constam os resultados de sua escola. Para acesso à realidade de outras escolas do estado, são disponibilizados os resultados de todas as unidades de MG no site da Secretaria Estadual (SILVA, 2011 *apud* FRANCO; CALDERÓN, 2017, p. 12).

O PAAE, por sua vez, configura-se como um programa de avaliação interna, que permite aos professores um diagnóstico inicial e intermediário dos conhecimentos dos estudantes. No entanto, segundo o documento denominado “*Conhecendo as avaliações e os indicadores educacionais*”, redigido pela Superintendência de Avaliação Educacional da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), em 2019, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar foi substituído pelas avaliações Diagnóstica e Intermediária, sendo elaboradas por meio do Sistema de Gestão das Avaliações da Aprendizagem - Banco de Itens, sendo aplicadas online ou impressas pelas escolas e destinadas aos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental e aos alunos do 3º ano do Ensino Médio.

Nessa perspectiva, o Sistema Mineiro de Avaliação com o intuito de se tornar o responsável pelo desenvolvimento de programas integrados de avaliação da educação em Minas Gerais, “emerge no bojo da implantação da política de regulação da educação no Brasil”, conforme enfatizam Araújo e Silva (2011, p. 205). Assim, sua concepção primordial, como de qualquer avaliação de cunho externo, é promover uma melhora significativa nos processos educativos, no entanto, os resultados dessa avaliação não vêm sendo utilizados para demonstrar e atribuir as “consequências para as escolas a partir dos resultados aferidos por meio de testes cognitivos” (FRANCO; CALDERÓN, 2017, p. 154), o que aponta para uma mudança de paradigma diante de sua formulação inicial.

3.4 Os usos das avaliações externas

Bonamino e Sousa (2012) identificaram três gerações de avaliação da educação em larga escala no Brasil, à medida que elas se diferenciam conforme as consequências atribuídas às instituições escolares e ao currículo.

Trata-se de um recurso de caráter analítico, não podendo ser consideradas como interpretação evolucionista, sequencial, de superação de etapas, uma vez que, à medida que vão se sucedendo, as gerações coexistem nas redes de ensino, revelando diversos “usos dos resultados de experiências de avaliação da educação básica em curso no país” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 386).

As avaliações de primeira geração apresentam caráter diagnóstico e tem como intuito acompanhar o progresso educacional. Além disso, segundo Bonamino e Sousa (2012), seus

resultados são disponibilizados nas mídias sociais, sem que haja atribuição de consequências diretas às escolas. Já quanto às avaliações de segunda geração as consequências são simbólicas, denominadas também de *low stakes* e ocorrem através da divulgação de *rankings* e da apropriação das informações sobre os resultados da escola pela sociedade. Todavia,

O pressuposto dessas avaliações é que o conhecimento dos resultados favorece a mobilização da equipe escolar em prol da melhoria educacional, além de induzir a pressão dos pais e da comunidade sobre a escola. Essas políticas de responsabilização são caracterizadas pela publicação e divulgação de indicadores de desempenho, sem que haja estabelecimento de consequências explícitas para os atores escolares (FRANCO; CALDERÓN, 2017, p. 150).

As avaliações de terceira geração, por sua vez, fazem menção a políticas de responsabilização com consequências fortes ou *high stakes*. Elas incluem mecanismos de premiação e bonificações em função de metas. Como exemplo destas, tem-se o Sistema de Avaliação do Estado de São Paulo (SARESP) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), tendo em vista que ambos, segundo Bonamino e Sousa (2012), preveem o pagamento de bônus em função do alcance de metas estabelecidas.

Diante dos fatos mencionados anteriormente, é importante destacar que “o sistema de avaliação tende a se limitar a um sistema de informação educacional. Sem dúvida, a produção de informação é uma etapa do processo avaliativo, mas este só se realiza quando, a partir de informações, ocorrerem julgamento, decisão e ação” (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 818).

No entanto, o resultado das avaliações externas vem sendo utilizado para a criação de políticas de bonificação destinadas à escola e professores. Além disso, a exacerbada preocupação de gestores para a preparação para tais avaliações têm ocasionado o estreitamento curricular nas áreas avaliadas, conforme Bonamino e Sousa (2012).

Assim, de acordo com Passone (2014, p. 435), nota-se que os usos das avaliações externas, que são em sua maioria padronizados, e o incentivo monetário direcionado aos professores, “está diretamente relacionado com os processos de descentralização administrativa, financeira e pedagógica, e com a introdução de ações de responsabilização no campo educacional”. A respeito disso, Machado e Alvarse (2015, p. 74) observam que “a ênfase na crença de seus resultados como portadores da ‘última palavra’”, os necessários debates críticos sobre a situação educacional e seus procedimentos, além de submeter os professores a uma pressão externa, subtrai deles “a autonomia profissional” e os impede, contraditoriamente, de desenvolver trabalho mais profícuo com seus alunos (BORGES; CARVALHO *et al.*, 2022, p. 30).

Nota-se, portanto, que, segundo Santos e Sabia (2015), a utilização das avaliações externas deveria ser apropriada para orientar o trabalho e a prática docente. No entanto, os professores, com o intuito de receber o “bônus mérito”, designam suas metodologias

educacionais para o treinamento da realização dessas avaliações de cunho externo, fator que pode restringir o currículo, devido à focalização apenas nas disciplinas que as compõem (BORGES *et al.*, 2022).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

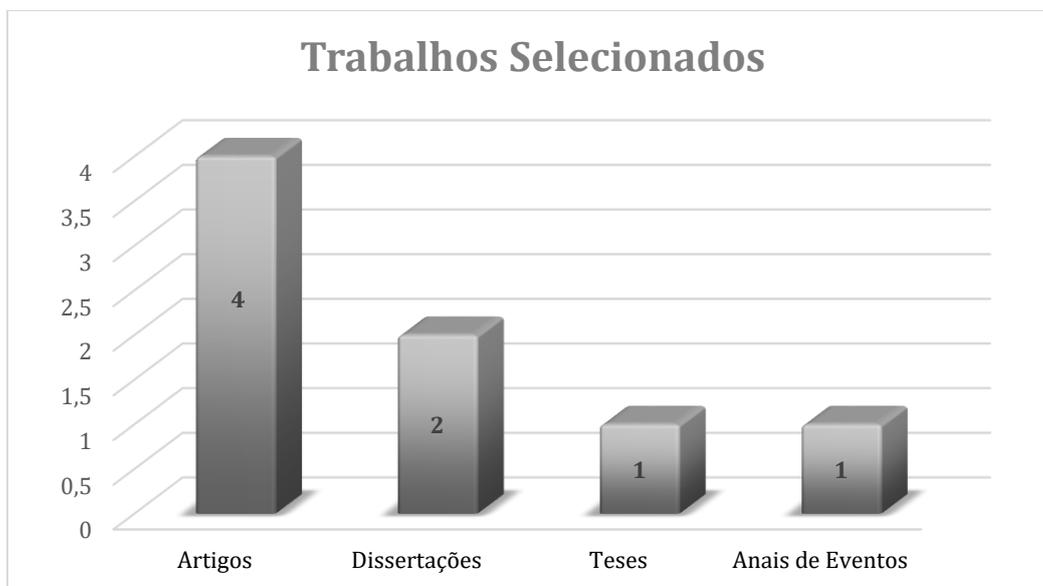
A seguir serão apresentadas as premissas adquiridas no desenvolvimento desta pesquisa, sendo, respectivamente, das duas primeiras seções resultantes da pesquisa bibliográfica e a outra de teor documental, que se constituíram nos momentos empregados na investigação.

4.1 Mapeamento da produção selecionada na pesquisa

A pesquisa em questão, como já evidenciado, foi desenvolvida tendo por base dois momentos de teor bibliográfico e um momento de viés documental, tendo em vista que o primeiro momento bibliográfico foi mais abrangente sobre a temática em foco, encontrando um total de 120 trabalhos. Diante disso, inicialmente o mapeamento da produção de artigos ocorreu por meio dos seguintes descritores: avaliação externa, professores, usos dos resultados, no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal Educ@ da Fundação Carlos Chagas. Nesses sites foram encontrados ao todo 15 artigos sendo 8 na base de dados da SciELO e 7 no Portal Educ@, e desses foram selecionados apenas 4 trabalhos.

O levantamento de teses e dissertações ocorreu na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, foram encontradas 80 teses e dissertações na BDTD, já no portal da CAPES não foram encontrados estudos que falassem da temática sobre avaliação externa. Desses trabalhos foram escolhidos apenas 2 dissertações e 1 tese. Já a respeito da pesquisa em anais de eventos científicos, pode-se dizer que os materiais foram selecionados nos sites das reuniões nacionais da ANPAE e ANPED, onde foram encontrados 25 trabalhos em anais de eventos, sendo que apenas 1 correspondia ao tema em questão.

Além disso, observa-se, no processo de levantamento bibliográfico, que as teses e dissertações foram as que mais trouxeram a temática sobre avaliação, mas ao passo que foi feita a seleção dos trabalhos, os artigos científicos foram os que mais abrangeram o tema em estudo, como pode ser analisado no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Trabalhos Científicos Seleccionados

Fonte: Da autora (2023).

O quadro 1 a seguir mostra, de forma sucinta, os textos selecionados, além de trazer informações essenciais de cada um. Ele demonstra ainda que a produção predominante sobre o uso das avaliações externas pelos professores está publicada em artigos científicos e que os autores que tratam sobre esse tema são diversificados, além de evidenciar que por mais que esse assunto seja pouco estudado ele vem ganhando ênfase.

Quadro 1 - Informações Gerais dos trabalhos selecionados no primeiro levantamento bibliográfico.

TÍTULO DO TRABALHO	BASE DE DADOS	TIPO DE PRODUÇÃO	AUTORIA
Incentivos monetários para professores: Avaliação, Gestão e Responsabilização na Educação Básica	SciELO	Artigo	Eric Ferdinando Kanai Passone
Responsabilização ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa?	Portal Educ@	Artigo	Cristiane Machado e Ocimar Munhoz Alavarse

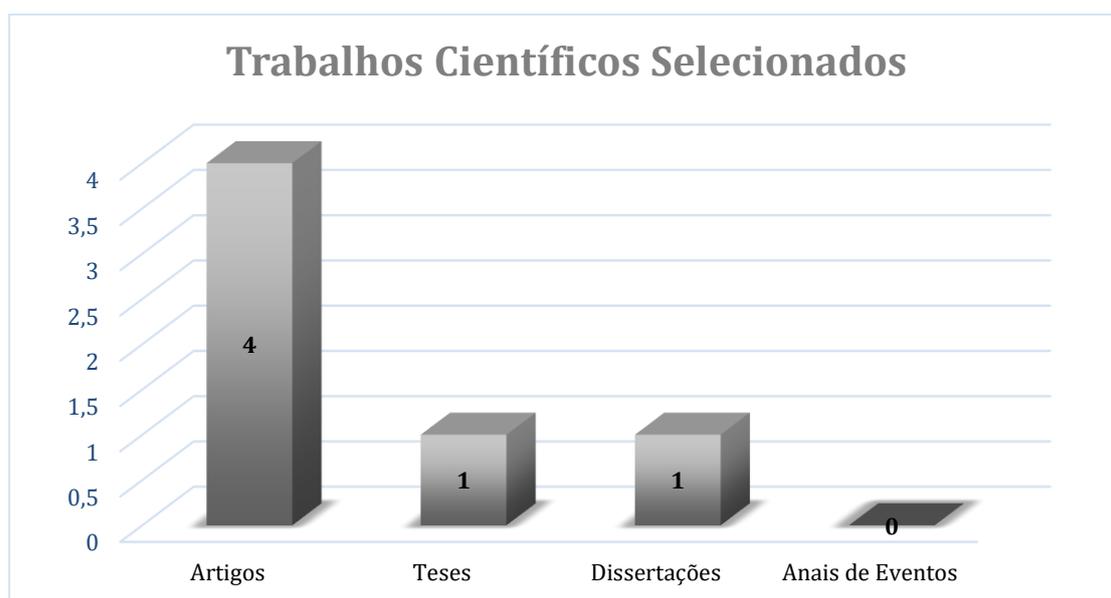
Percurso histórico do Saresp e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula	Portal Educ@	Artigo	Uillians Eduardo dos Santos e Claudia Pereira de Pádua Sabia
Avaliação revela impacto de um programa de formação de professores	Portal Educ@	Artigo	Marli André
Desdobramentos do Saresp na prática docente: percepções de professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais paulistas	BDTD	Dissertação	Hayla Emanuelle Torrezan
Provinha Brasil: a utilização e avaliação dos testes de diagnósticos da alfabetização pelos professores	BDTD	Dissertação	Marinilda Maia
Avaliação externa e prática docente: o caso do sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará (Spaece) em uma escola em Maracanaú – CE	ANPED	Tese	Larissa Martins Dantas
Avaliação educacional e a qualidade da educação básica	ANPAE	Anal de evento	Marcilene Pelegrine Gomes

Fonte: Da autora (2023).

No segundo momento, também de teor bibliográfico, foi realizado o levantamento de artigos científicos sobre o SIMAVE, disponíveis no Portal Educ@, de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e de anais de eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), por meio dos seguintes descritores: SIMAVE, professores e uso dos resultados. Foram encontrados 80 trabalhos, distribuídos em 58 teses e dissertações, 17 artigos científicos e 5 estudos publicados em anais de eventos. Desse total foram selecionados 6 trabalhos que faziam menção direta à temática sobre o uso dos resultados do SIMAVE, sendo 4 artigos científicos, 1 tese e 1 dissertação, ao passo que nenhum dos estudos publicados em anais de eventos tratava do tema.

O gráfico 2, como pode ser visto a seguir, expõe o total de estudos selecionados que traziam de forma explícita a temática SIMAVE. Nele, é possível visualizar que, no processo de seleção dos trabalhos encontrados, os artigos científicos foram os que mais abrangeram a temática sobre o uso dos resultados do SIMAVE pelos professores de forma direta, enquanto nenhum dos estudos publicados em anais de eventos abordaram o assunto em questão, portanto, não foram selecionados.

Gráfico 2 - Trabalhos Científicos Selecionados



Fonte: Da autora (2023).

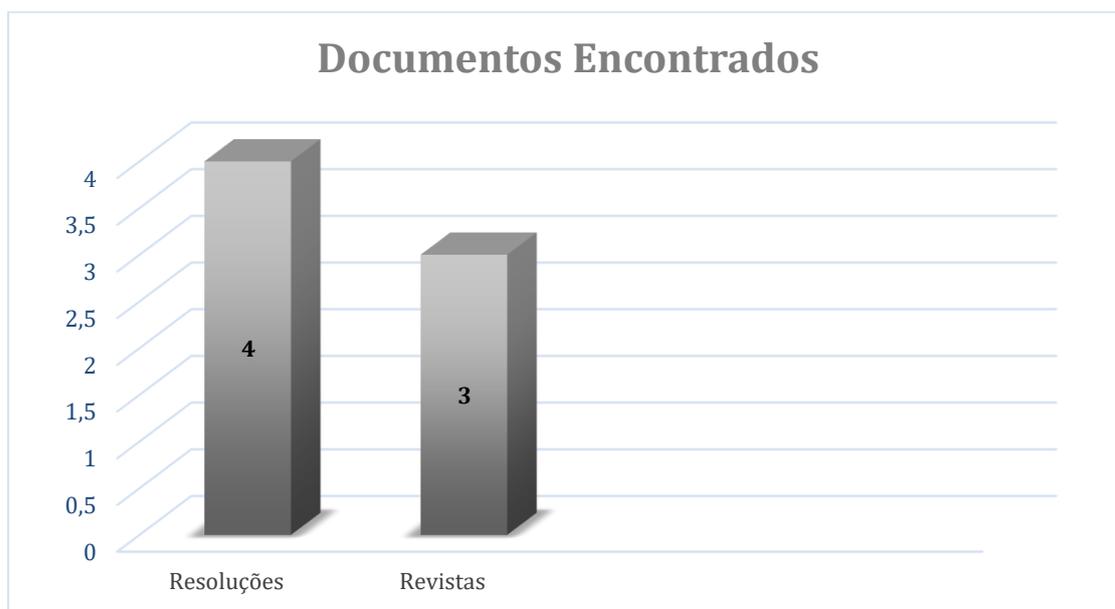
O quadro 2, por sua vez, demonstra que a produção predominante sobre o uso dos resultados do SIMAVE pelos professores está publicada em artigos científicos e que os autores que tratam sobre esse tema são diversificados, tendo em vista que Abelardo Bento Araújo, Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) desde 2012, é um dos estudiosos que mais se dedica a essa temática no recorte pesquisado.

Quadro 2 - Informações Gerais dos trabalhos selecionados no segundo levantamento bibliográfico

TÍTULO DO TRABALHO	BASE DE DADOS	TIPO DE PRODUÇÃO	AUTORIA
O trabalho educativo entre metas e produtividade: o acordo de resultados em Minas Gerais	Portal Educ@	Artigo	Abelardo Bento Araújo
O lugar do Sistema Mineiro de Avaliação Pública (SIMAVE) na busca pela qualidade da Educação no Brasil	Portal Educ@	Artigo	Abelardo Bento Araújo e Maria Aparecida da Silva
O SIMAVE à luz das três gerações de Avaliação Básica	Portal Educ@	Artigo	Karla Oliveira Franco e Adolfo Ignacio Calderón
Influência do Professor e do Ambiente em Sala de Aula sobre a Proficiência dos Alunos em Sala de Aula	Portal Educ@	Artigo	Tufi Machado Soares
A Regulação das Políticas Educacionais em Minas Gerais e a Obrigação de Resultados: O desafio da Inspeção Escolar	BDTD	Tese	Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto
Avaliação externa e Gestão Pedagógica: o caso da Escola Estadual Prefeito Mauricio de Azevedo	BDTD	Dissertação	Alessandra Aparecida Carvalho Aguiar

Fonte: Da autora (2023).

No terceiro momento, procedeu-se com a pesquisa documental onde foi realizada a coleta dos documentos no Portal do SIMAVE. Na pesquisa foram encontradas apenas 3 revistas, sendo 2 de Língua Portuguesa e 1 de Matemática e 4 resoluções no site da Secretaria de Educação de Minas Gerais, que tratam do fenômeno estudado, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Documentos encontrados

Fonte: Da autora (2023).

Nota-se que o número de documentos encontrados e selecionados sobre o tema da pesquisa é reduzido, fato que sugere que os usos dos resultados do SIMAVE, propriamente dito, não são abordados pela SEE-MG na tentativa de fornecer elementos que possam ser considerados para a orientação do processo educativo, por parte dos professores.

4.2 A discussão sobre Usos dos Resultados das Avaliações Externas

a) Concepções de Avaliação Externa

Parte-se da concepção de que as avaliações externas fornecem diagnóstico aos gestores e comunidade escolar

Tanto no nível da escola quanto dos sistemas, e subsidiam formulações de ações e programas governamentais destinados à melhoria da educação. A aplicação das avaliações externas serve para subsidiar o levantamento dos dados sobre a qualidade da educação, alocar recursos, diagnosticar o desempenho dos alunos, melhorar a qualidade do serviço público ofertado, responsabilizar gestores e professores pelos resultados obtidos, dentre outros (AGUIAR, 2020, p. 24).

Assim, fica explícito que, ao emergirem no Brasil, as avaliações externas se tornaram instrumentos aptos no quesito de produção de informações, no que diz respeito ao funcionamento “das redes de ensino, das escolas e de seus alunos. Possibilitam também [...] delinear ações e estratégias direcionadas para a educação do país, além de monitorar os recursos públicos para implementar políticas públicas” (AGUIAR, 2020, p. 25).

Segundo Gomes (2017), as avaliações se tornaram uma forma de gerenciamento em larga escala dos índices de aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, avaliações externas como a Prova Brasil e o SAEB passaram a utilizar itens de cada componente curricular com o intuito de fornecer “dados que, se apropriados de forma consistente, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos” (MACHADO; ALAVARSE, 2015, p. 76). Nota-se que tal fato é comprovado por Sousa e Oliveira (2010) à medida que eles apontam que tais avaliações colocam-se como marco político educacional que interfere no âmbito escolar.

Diante de tais expostos, a avaliação externa trouxe modificações para o ensino e para as metodologias empregadas nas escolas, pois tais avaliações, baseadas em uma reforma educacional postulada por uma lógica neoliberal de economia de Estado, são, segundo Gomes (2017, p. 3609), transformadas “empiricamente em currículos e testes estandardizados, [o que] contribuiu para instrumentalizar o real sentido e significado da educação, da escola e da avaliação”.

Sousa e Oliveira (2010) mencionam que o dimensionamento da qualidade de ensino tem sido apresentado como carro-chefe de várias iniciativas de avaliação. Contudo, a avaliação externa que emergiu com o intuito de melhorar a qualidade da educação acabou por trazer uma nova concepção de ensino, visto que se tornou uma condição necessária “para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas” (MACHADO; ALAVARSE, 2015, p. 76).

b) A Influência da Avaliação Externa na Prática Pedagógica e no Processo de Ensino e Aprendizagem

As avaliações externas, segundo Santos e Sabia (2015), devem ser utilizadas para orientar o trabalho do professor e a sua prática docente, num processo de ação e reflexão. Assim, com base nos resultados, os professores das escolas orientam os planos e as metodologias de ensino e adotam o modelo dessa avaliação no ambiente escolar, com ênfase no atendimento aos seus conteúdos.

Além disso, os docentes, ao receberem os resultados das avaliações, acabam sendo influenciados a produzirem materiais exclusivos para o treinamento, focando assim nos “conteúdos a serem trabalhados naquele corrente ano letivo, com determinado ano/série em sala de aula” (SANTOS; SABIA, 2015, p. 372), pois essas matérias serão cobradas posteriormente em avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

Atualmente ampliam-se as iniciativas do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino estaduais para estimular o uso dos resultados obtidos nas avaliações externas, sistematizando metas e/ou estabelecendo a meritocracia e a bonificação como forma de valorizar os profissionais da educação, como acontece com o Saresp e o Idesp no estado de São Paulo (SANTOS; SABIA, 2015, p.365).

Assim como foi destacado, as avaliações externas surgiram com o intuito de promover a melhoria nas práticas de ensino e de aprendizagem, mas é notório que atualmente essas vêm sendo utilizadas apenas para “produzir informações para os gestores de redes educacionais do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação” (SANTOS; SABIA, 2015, p. 367).

c) Focalização nos Componentes Curriculares de Português e Matemática

Franco e Calderón (2017) destacam que as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são tomadas como indicadores de qualidade. Assim, por serem considerados essenciais, se tornaram a base das avaliações externas, enquanto os demais conteúdos não são abordados. Nota-se então que essas provas são centralizadas e focalizam os resultados, uma vez que os docentes entram em uma corrida por notas cada vez mais altas, a fim de evitar punições e assim alcançarem premiações por mérito.

Relacionado ao fato mencionado anteriormente, temos como exemplo o SIMAVE e o Saresp, visto que se tratam de avaliações em larga escala.

Sendo este tipo de avaliação concretizado por testes ou provas padronizados aplicados em nível internacional, nacional, estadual ou municipal, cujo intuito é verificar a situação, em termos de qualidade, dos sistemas e redes de ensino, baseando-se, para tanto, no desempenho dos estudantes em conteúdos considerados mínimos para cada etapa do ensino, sobretudo no que diz respeito às áreas de Língua Portuguesa e Matemática (TORREZAN, 2018, p. 62).

Nesse viés, os resultados obtidos nas avaliações em larga escala são disponibilizados aos gestores e aos docentes, para que estes possam “ter uma prévia do desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala oficiais e intervir no sentido de suprir as lacunas em tempo” (TORREZAN, 2018, p. 108-109).

Dessa forma, Franco e Calderón (2017) relatam que uma das consequências de os indicadores estarem vinculados às disciplinas que compõem essas avaliações é o pagamento de bonificações aos professores. Portanto, a maioria dos docentes, com a intenção de receber o bônus mérito, assumem o discurso de que os resultados das avaliações externas são “como mecanismo de melhoria da qualidade da educação, sem especificar e aprofundar como isso vem ocorrendo” (PASSONE, 2014, p. 442).

4.3 A discussão sobre usos dos resultados do SIMAVE

a) SIMAVE como Medida de Qualidade da Educação

Soares (2003) salienta que um dos focos dos sistemas de avaliação educacional é a escola e seu intuito prioritário é identificar mecanismos que aprimorem as metodologias pedagógicas a fim de elevar a qualidade do ensino oferecido à sociedade. Nesse sentido, no estado de Minas Gerais a avaliação do sistema estadual de educação foi tomada como prioridade na reforma educacional. Assim, nos anos 2000 o movimento de reforma educacional promoveu “a implementação de programas e projetos para complementar os recursos recebidos pelas unidades de ensino e com a parceria entre o estado de Minas Gerais e a União na consolidação da avaliação sistêmica” (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 214).

O SIMAVE, como já foi constatado anteriormente, emerge nesse período fundamentado por uma sequência de princípios que visam medir a qualidade da educação, objetivando dessa forma fomentar mudanças positivas nas práticas educativas. Dessa maneira, os documentos norteadores dessa avaliação em larga escala mostram o quão essencial é esse mecanismo avaliativo para “a estruturação de políticas públicas capazes de garantir a qualidade da educação no estado de Minas Gerais” (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 216).

Diante desse pressuposto, o SIMAVE passa a atuar como “uma intervenção, e destina-se a corrigir as ações pedagógicas e procurar alterar o desempenho da escola, em busca de melhores índices de proficiência” (AUGUSTO, 2010, p. 33), por meio da aplicação de testes de Língua Portuguesa e Matemática utilizados como indicadores de qualidade da educação, segundo Franco e Calderón (2017). No entanto, ao focar apenas nessas disciplinas ocorre o estreitamento curricular, o que não garante uma melhoria no ensino, mas sim uma defasagem tanto no ensino quanto na aprendizagem.

b) Os Usos dos Resultados do SIMAVE pelos Professores

O SIMAVE, assim como as demais avaliações externas, é utilizado como uma forma de diagnosticar a aprendizagem, pois é fundamental para a formulação de políticas públicas e

“como parâmetro para a ação dos professores com o intuito de melhorar a qualidade educacional, a ênfase é atribuída aos resultados”, conforme Torrezan (2018, p. 66). No entanto, os resultados dos testes de Língua Portuguesa e Matemática constituem o único fator para a tomada de decisões sobre as escolas, professores e estudantes, o que pode ter efeitos negativos sobre o seu trabalho. Tendo em vista que

A utilização das avaliações externas, baseadas em testes standardizados, torna-se, com frequência, uma estratégia para a indução de medidas de privatização e/ou lógicas de quase-mercado em educação e contribuiu para a emergência [...] de um Estado-avaliador e das mudanças nas políticas avaliativas marcadas pela introdução de mecanismos de mercado. Por estas razões, considera-se que a aplicação desses testes só tende a promover efeitos não desejáveis (MAIA, 2010, p. 42).

Desse modo, como instrumento de avaliação da educação pública do estado de Minas Gerais, o SIMAVE deveria buscar a promoção de melhorias na área educacional. Contudo, os resultados dessa avaliação têm sido, no geral, pouco aproveitados pelas escolas e seus professores, para ocasionar a adoção de boas práticas que colaborem para o sucesso do processo educativo, o que expressa uma mudança de paradigma diante de sua formulação inicial, conforme ressaltam Sousa e Oliveira (2010).

Partindo desse pressuposto, devido à pressão por resultados cada vez maiores e melhores, nessas avaliações, o trabalho docente acaba sendo limitado, pois:

Em razão da pressão imposta pela cultura dos resultados e sua utilização para a orientação de políticas de responsabilização com consequências materiais e simbólicas aos profissionais da educação, limita a autonomia no trabalho docente e compromete a formação dos estudantes (TORREZAN, 2018, p. 275).

Além do mais, os professores, com o intuito de alcançar as premiações por mérito e evitar as punições, investem no treinamento dos estudantes para a realização das provas de Português e Matemática que compõem o SIMAVE, objetivando colocar as escolas dentro dos *rankings* das melhores instituições de ensino. Isso expõe uma premissa capitalista, visto que “pressionar as escolas e profissionais da educação, subentendendo que as estratégias de competição, exclusivamente mercadológicas, compõem a alternativa para melhorar a educação” (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 218), mas não é isso que acontece, pois, ao dar ênfase apenas aos conteúdos que compõem essa avaliação externa, acaba-se por limitar os conhecimentos e assim afeta-se diretamente a aprendizagem dos estudantes. Fator que demonstra que essa avaliação se enquadra na terceira geração de avaliação, visto que por sua vez faz menção a políticas de responsabilização com consequências fortes ou *high stakes*, conforme os expostos de Bonamino e Sousa (2012).

Nessa perspectiva, as pressões por notas cada vez mais elevadas no SIMAVE propicia um processo excludente, tendo em vista que no dia da realização da avaliação em questão, os alunos considerados mais fracos, segundo Araújo (2019), são proibidos de realizar o exame. Nota-se que utilizar essa avaliação como caráter de medida expõe uma função classificatória, que promove a ideia de competição e rotulação dos estudantes entre “bons” e “ruins” (HOFFMANN, 2003).

Além disso, o treinamento para realização das provas de Português e Matemática e o ranqueamento dos resultados, etapas que compõem o Sistema Mineiro de Avaliação, vão ao encontro das principais críticas às políticas de monitoramento da qualidade da educação. Tendo em vista que tais práticas têm gerado consequências nefastas à medida que

Aquilo que deveria representar mera radiografia de um momento da vida escolar (a avaliação externa), passa a ser vivido como se fosse sua essência. Sistemas e escolas passam a viver sob o signo da avaliação de larga escala sob uma lógica imposta de fora para dentro. De instituição comprometida com a formação para a cidadania, veiculação e transmissão do saber, passa a se configurar como uma pequena linha de montagem onde gestores, professores e estudantes passam a valer pelos bens que produzem sob a forma de resultados (VIEIRA, 2014, p. 12 *apud* DANTAS, 2015, p. 44).

Logo, tal fato denuncia uma lógica invertida, à medida que as práticas educativas passam a ser direcionadas em prol dos resultados, esquecendo-se como estes foram gerados e no que seu uso implica, sendo uma etapa do processo avaliativo muitas vezes esquecida, de acordo com Dantas (2015, p. 44).

4.4 Abordagem dos usos do SIMAVE pelos professores nos Documentos oficiais

Nesse viés, a partir do levantamento documental, foram encontradas 4 resoluções no portal do SIMAVE, sendo elas: a resolução SEE n 2361, de julho de 2013, a resolução SEE n 2577, de 31 de março de 2014, a resolução SEE n 2794, de 24 de setembro de 2015 e pôr fim a resolução SEE n 3096, de 30 de setembro de 2016. Tais documentos, apenas, denotam a vedação do espaço físico das unidades escolares estaduais e impedem a realização de atividades extraclasse durante a aplicação das avaliações que compõem o SIMAVE, nos respectivos anos.

As descrições presentes nas resoluções mencionadas acima trazem em seu bojo a delimitação dos espaços escolares para a realização do SIMAVE. No entanto, a resolução SEE n 2361, de julho de 2013, se diferencia das demais à medida que também visa a delimitação do espaço escolar nos dias 11 e 21 de novembro de 2013, para que o ambiente de aplicação das

avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB/ANRESC (Prova Brasil) e ANEB fossem dotados de tranquilidade.

Já as 3 revistas também encontradas no levantamento documental, denominadas “*Revista da Escola*”, sendo 2 de Língua Portuguesa e 1 de Matemática, encontradas no site da Secretaria da Educação de Minas Gerais, que fazem parte da coleção SIMAVE 2021, trazem informações sobre as características das avaliações externas e sobre como são compostos os testes que compõem as avaliações que fazem parte do SIMAVE. Além disso, expõem um roteiro de análise e apropriação dos resultados, em virtude do período pandêmico iniciado em 2020. Tendo em vista que o foco de ambas é a reorganização curricular para superar o déficit educacional ocasionado nesse período e para romper com a restrição da avaliação no âmbito da gestão democrática, conforme Freitas (2004).

Diante disso, é notório que ambos os documentos analisados não evidenciam, de forma explícita, sobre como vem ocorrendo a utilização dos resultados do SIMAVE pelos professores para que ocorra a melhora dos processos de ensino-aprendizagem, eles apenas norteiam como os resultados das avaliações externas devem ser lidos e interpretados pelas instituições de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo e problema de pesquisa analisar como a produção científica e documental pontuam a utilização ou não dos resultados do SIMAVE pelos professores, para fins da melhoria dos processos de ensino-aprendizagem. A justificativa de um estudo dessa natureza se fundamentou em pesquisas que apontaram para a quase inexistência dos usos dos resultados dessa avaliação de cunho externo pelas diferentes instâncias das redes de ensino. Desse modo, a fim de atingir o objetivo proposto, foram realizados dois momentos de pesquisa bibliográfica e um momento de levantamento documental. Sendo que o primeiro momento de levantamento bibliográfico foi um pouco mais abrangente quanto à temática de avaliação externa, enquanto o segundo momento foi mais focalizado no SIMAVE.

Diante desse fato, quanto à produção analisada sobre os usos ter sido mais abrangente, ficou explícito que a utilização das avaliações externas, que são em sua maioria padronizadas, e o incentivo monetário direcionado aos professores, está de fato relacionado com os processos de descentralização administrativa, financeira e pedagógica e com a inserção de práticas de responsabilização no meio educativo. Frente às informações mencionadas, é necessário salientar que se torna essencial a busca de um processo mais amplo de avaliação de sistemas,

escolas e redes, para que se possa ir além da utilização de provas padronizadas e reduzir a pressão sobre os docentes, alunos e comunidade escolar.

No que diz respeito aos usos do SIMAVE, pode-se dizer que esta avaliação, que surgiu com o intuito de gerar melhorias na educação do Brasil, passou a ser incorporada apenas como um mecanismo de pressão sobre os docentes, visto que estes, com o intuito de receber bonificações, deixam de utilizar os resultados para uma melhora nas práticas de ensino e aprendizagem e focalizam tais resultados em uma corrida por notas cada vez mais altas, a fim de evitar punições. Além disso, os professores focalizam nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que constituem, essa avaliação, enquanto os demais conteúdos acabam sendo menos trabalhados. Assim, ao enfatizar apenas essas disciplinas, não levam em conta as implicações que isso pode acarretar na aprendizagem dos alunos. O que realmente se considera é a premiação que a escola e professores poderão receber pelos bons resultados alcançados.

Relacionado aos fatos aqui descritos, cabe evidenciar que o enfoque sobre a utilização dos resultados do SIMAVE pelos professores não é pontuado nos documentos oficiais, o que revela uma certa deslegitimação em relação à funcionalidade dessas avaliações, cujo foco deveria ser a promoção na melhoria educacional. Logo, constatou-se que os resultados dessa avaliação ao serem utilizados apenas para alcançar as bonificações, ocasionam um processo de exclusão, pois aqueles vistos como não capazes de alcançar boas pontuações são eliminados do exame.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que os profissionais da área da educação não têm tanto conhecimento no que diz respeito a forma como os resultados oriundos do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) vem sendo utilizados. Cabe ainda ressaltar que as dificuldades encontradas no desenvolvimento desta pesquisa consideraram, principalmente, a dificuldade para um estudo de campo que apresentasse dados oriundos da participação de professores, mas devido ao período pandêmico instalado pela Covid-19, não foi possível a realização desta parte prevista em nosso planejamento inicial da pesquisa. A partir disso, espera-se dar continuidade no estudo a fim de produzir conhecimentos sobre a temática discutida no contexto da escola básica, que considerem a perspectiva docente e sua relação com os resultados da avaliação externa, caso do SIMAVE.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alessandra Aparecida Carvalho. **Avaliação externa e Gestão Pedagógica: o caso da Escola Estadual Prefeito Maurício de Azevedo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, p. 130, 2020.

ARAÚJO, Abelardo Bento; SILVA, Maria Aparecida da. O lugar do Sistema Mineiro de Avaliação Pública (SIMAVE) na busca pela qualidade da Educação no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 2, p. 205-224, dez. 2011.

ARAÚJO, Abelardo Bento. O trabalho educativo entre metas e produtividade: o acordo de resultados em Minas Gerais. **Ensaio: aval. pol. públ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 839-858, out. 2019.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. **A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2010.

AZEVEDO, Debora. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – diferenças e propósitos. **Working paper**, 2016.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zakia Lian. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n.2, p. 373-388, fev. 2012.

BORGES, Regilson Maciel; CARVALHO, Karolayne Rezende de *et al.* Usos dos resultados das avaliações externas pelas secretarias de educação, gestores escolares e professores: análise da produção científica publicada no Brasil (2008-2018). **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 19, p. 16-33, jan./dez. 2022.

BLASIS, Eloisa de; FALSARELLA, Ana Maria; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A.; FALEIROS, Matheus. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. São Paulo: Fundação Vitor Civita, 2011. (Relatório Final).

CARVALHO, Karolayne Rezende de. A produção de conhecimento acadêmico-científica sobre os usos das avaliações externas pelos professores: uma pesquisa bibliográfica. *In: XXXIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA*, 34, 2021, Lavras. **Anais [...]**. Lavras: CIUFLA, 2020.

CARVALHO, Karolayne Rezende de. Usos da avaliação externa pelos professores: análise da produção de conhecimento sobre o SIMAVE. *In: XXXIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA*, 34, 2021, Lavras. **Anais [...]**. Lavras: CIUFLA, 2021.

CARVALHO, Karolayne Rezende de. A Discussão sobre o Uso dos Resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) pelos Professores: Análise de Documentos Oficiais. *In: XXXIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA*, 34, 2021, Lavras. **Anais [...]**. Lavras: CIUFLA, 2022.

DANTAS, Larissa Martins. **Avaliação externa e prática docente: o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em uma escola em Maracanaú-CE.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, p. 150, 2015.

FRANCO, Karla Oliveira; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O SIMAVE à luz das três gerações de avaliação da educação básica. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 67, p. 132-159, jan./abr. 2017.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da Educação Básica e Ação Normativa Federal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Marcilene Pelegrine. **Avaliação educacional e a qualidade da educação básica.** *In:* SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ESTADO, POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: TENSÕES E AGENDAS EM DESCONSTRUÇÃO, 28, 2017, João Pessoa. **Anais [...].** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2017. p.3606-3610.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, mito e desafio, uma perspectiva construtiva.** 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. *In:* LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986, p. 25-44.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Responsabilização ou controle da qualidade do ensino: a que serve a avaliação externa? **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v.25, n.48, p.67-79, jan./abr.2015.

MAIA, Marinilda. **Provinha Brasil: A utilização e avaliação dos testes de diagnóstico da alfabetização pelos professores.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 165, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **SIMAVE – 2021 /** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (2021), Juiz de Fora. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE n 2361, de julho de 2013.** Estabelece vedação para acesso do espaço físico das unidades de ensino estaduais, bem como a realização de qualquer atividade extraclasse no ambiente escolar, nos períodos de realização dos exames do SIMAVE e do SAEB. Belo Horizonte: Secretaria de Educação, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE n 2577, de 31 de março de 2014.** Estabelece vedação para acesso do espaço físico das unidades de ensino estaduais,

bem como a realização de qualquer atividade extraclasse no ambiente escolar, nos períodos de realização dos exames do SIMAVE. Belo Horizonte: Secretaria de Educação, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE n 2794, de 24 de setembro de 2015**. Estabelece vedação para acesso do espaço físico das unidades de ensino estaduais, bem como a realização de qualquer atividade extraclasse no ambiente escolar, nos períodos de realização dos exames do SIMAVE. Belo Horizonte: Secretaria de Educação, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE n 3096, de 30 de setembro de 2016**. Estabelece vedação para acesso do espaço físico das unidades de ensino estaduais, bem como a realização de qualquer atividade extraclasse no ambiente escolar, nos períodos de realização dos exames do SIMAVE. Belo Horizonte: Secretaria de Educação, 2016.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

SANTOS, Uillians Eduardo dos; SABIA, Claudia Pereira de Pádua. Percurso Histórico do Saresp e as Implicações para o Trabalho Pedagógico em Sala de Aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.26, n.62, p.354-385, maio./ago.2015.

SILVA, Júlio Toste da. **A tecnologia da informação no modelo educacional brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, p. 49. 2010.

SOARES, Tufi Machado. Influência do Professor e do Ambiente em Sala de Aula sobre a Proficiência dos Alunos em Sala de Aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 103-124, jul-dez. 2003.

SOUSA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 101-118, dez. 2000.

SOUSA, Sandra Zakia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.

TORREZAN, Hayla Emanuelle. **Desdobramentos do Saresp na Prática Docente: percepções de professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais paulistas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação. *In*: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. São Leopoldo, MG: Oikos; Brasília, DF: Liber Livros, 2010. p. 21-36.